



Encontro
da Rede **10**^o
de Estudos Rurais

**“Terra, Fome e Poder:
Desafios para o rural contemporâneo”.**

27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos – SP

RELAÇÃO ENTRE CRÉDITOS DO PRONAF E “DESENVOLVIMENTO” DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NO PLANALTO SANTARENO

Bianca Mesquita Sousa¹

Sérgio Sauer²

GT 9: Políticas públicas, segurança alimentar e combate à fome

RESUMO

O Planalto Santareno é um território que representa uma forte expressão social e econômica da agricultura familiar camponesa, apesar do avanço da fronteira agrícola tornando esse território epicentro produtivo de monocultivos na Amazônia. Considerando que os dois modos de produção são financiados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o objetivo da pesquisa foi identificar o perfil dos créditos e sua influência na reconfiguração do território. A hipótese é que o PRONAF é o maior responsável pela reconfiguração territorial do Planalto ao implementar uma política de fomento à soja. Os agricultores familiares camponeses disputam custeio agrícola com a agricultura patronal, por meio de uma política pública que foi criada inicialmente para fortalecer suas condições produtivas. Para atender o seu objetivo, o PRONAF deve ser reestruturado e ser um fomento exclusivo da agricultura familiar camponesa para sistemas produtivos de policultivos.

Palavras-chave: Agricultura familiar, agricultura camponesa, política pública, crédito, Amazônia.

INTRODUÇÃO

Com o golpe militar de 1964, a Amazônia tornou-se objeto de implantação dos projetos e obras desenvolvimentistas e da modernização conservadora, consolidando uma política de expansão econômica agropecuária no Brasil. Através da pecuária extensiva, grandes projetos de mineração, energia e infraestrutura rodoviária e fluvial (MESQUITA, 2011) e, mais recentemente, do agronegócio da soja.

Conseqüentemente, o Planalto Santareno que é constituído por áreas dos municípios Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, localizados no Oeste do Pará, concentram diferentes formas de agricultura familiar camponesa, vem se tornando um território de expansão e epicentro produtivo de monocultivos da região. Nesse processo, a terra é o elemento

¹ Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), Universidade de Brasília (UnB) – biancamesquita55@gmail.com.

² Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) e Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), Universidade de Brasília (UnB) – sauer.sergio@gmail.com.

fundamental para a expansão das atividades, além da influência das políticas governamentais, que vão desde a facilitação de acesso a crédito até a concessão de terras (ZHENGFEI; LANSISK, 2006).

Barros e coautores (2020) chamam atenção para o fato de que foi no primeiro período da “modernização conservadora da agricultura” que ocorreu a implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, que foi responsável pela modernização técnica da agricultura brasileira e que dura até o presente momento.

A agricultura familiar camponesa, por sua vez, apesar de sua importância, até meados da década de 1990 não usufruía de nenhum tipo de política pública com abrangência nacional (SCHNEIDER et al., 2020). Sua consolidação no Brasil, no âmbito político, tem dois marcos históricos. O primeiro, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, deu origem ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A promulgação do Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996 (BRASIL, 1996), se configura como a primeira política pública federal, de abrangência nacional, voltada exclusivamente para a produção familiar. O segundo marco histórico foi a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, conhecida como a Lei da Agricultura Familiar (BRASIL, 2006).

Diante disso, surge em 1996 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), no intuito de fomentar melhores condições sociais e econômicas para se manter neste espaço. O PRONAF é uma estratégia vinculada às políticas públicas direcionadas ao agricultor familiar, com objetivo de apoiar e promover incentivos aos produtores para trabalhar a terra não somente para sua subsistência, mas para proporcionar rentabilidade (MALYSZ et al., 2012).

A partir de 1999, com o início do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, o PRONAF passou por mudanças, visando aumentar sua abrangência para distintos grupos de agricultores presentes no segmento. Souza e coautores (2013) apontam que uma das principais críticas ao programa refere-se à distribuição dos recursos entre as regiões e entre tipos de agricultores familiares. Saron e Hespanhol (2012) contribuem que muitos dos novos beneficiários do programa foram e são vinculados ao modelo agropecuário dominante, mais capitalizados e com atividades produtivas mais capitalizadas.

O PRONAF, atualmente, apresenta quatro linhas de atuação: crédito de custeio e investimento destinado às atividades produtivas rurais; financiamento de infraestrutura e serviços a municípios de todas as regiões do país, cuja economia dependa fundamentalmente das unidades agrícolas familiares; capacitação e profissionalização dos agricultores familiares por meio de cursos e treinamentos aos agricultores, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural; financiamento da

pesquisa e extensão rural visando a geração e transferência de tecnologias para os agricultores familiares (BNDES, 2022).

Considerando o papel do PRONAF e a relevância social, ambiental, cultural e econômica da agricultura familiar camponesa no país e no Planalto Santareno, considerando a influência dos fomentos fornecidos para esse público, o objetivo dessa pesquisa é identificar a cobertura e perfil do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no Planalto Santareno – Pará e sua influência na reconfiguração do território.

O programa PRONAF foi criado para amenizar a dificuldade encontrada por meio do agricultor familiar em permanecer no espaço rural por meio de linhas de créditos acessíveis. Diante disso, destaca-se que a decisão de trazer o debate sobre o papel do PRONAF foi para problematizar a sua função na reconfiguração do território, considerando o confronto de racionalidades na produção de alimentos, uma vez que também financia a agricultura patronal, como o agronegócio da soja, baseada em uma agricultura comoditizada, e, de outro, pela mandioca, baseada na lógica de agricultura camponesa, essa tem um papel fundamental na produção de alimentos de qualidade e na utilização sustentável dos recursos naturais.

Os esforços nessa análise consistiram em verificar o perfil do PRONAF no Planalto Santareno, os dados foram coletados plataforma do Banco Central do Brasil, identificando se os custeios agrícolas são direcionados para atividades mais tradicionais, como para produção da agricultura familiar camponesa ou para produtos da agricultura empresarial, que compõem a fronteira agrícola.

AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E O AVANÇO DA SOJA NO PLANALTO SANTARENO

O Planalto tem sido o território de expansão e epicentro dos monocultivos, especialmente das lavouras de soja (que ocorre em regime de rotação com as culturas de milho, arroz, sorgo e do milheto), desde o final da década de 1990, mas principalmente nos anos 2000 (BARROS et al., 2020; SAUER, 2018). Entre as condições favoráveis (terras baratas e incentivos governamentais), o avanço da fronteira de monocultivos também foi favorecido pela construção do porto da Cargill, em Santarém em 2004.

Alguns agricultores familiares camponeses foram resistentes à chegada da soja e ainda continuaram em suas terras no Planalto Santareno. Os agricultores que antes tinham problemas apenas com acesso a financiamento passaram a ter problemas também com a produção e qualidade de vida diante da interação em áreas com a soja (SOUSA, 2022).

Nasuti e coautoras (2020) fizeram levantamento dos agricultores e agricultoras familiares cadastrados nos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) nos três municípios. A tabela 1, além dos dados do Censo Agropecuário, apresenta os quantitativos da

agricultura familiar camponesa do Planalto Santareno.

Tabela 1: Estabelecimentos e agricultores familiares camponeses no Planalto

Municípios	Estabelecimento de agricultores familiares por Município - Censo IBGE (2017)	Agricultores e agricultoras cadastrados nos STTR em cada Município (2019)	Agricultores e agricultoras cadastradas nos STTR no recorte do Planalto Santareno (2019)
Santarém	6.264	22.000	5.000
Belterra	390	4.900	3.600
Mojú dos Campos	1.389	2.000	2.000
Total	8.043	28.900	10.600

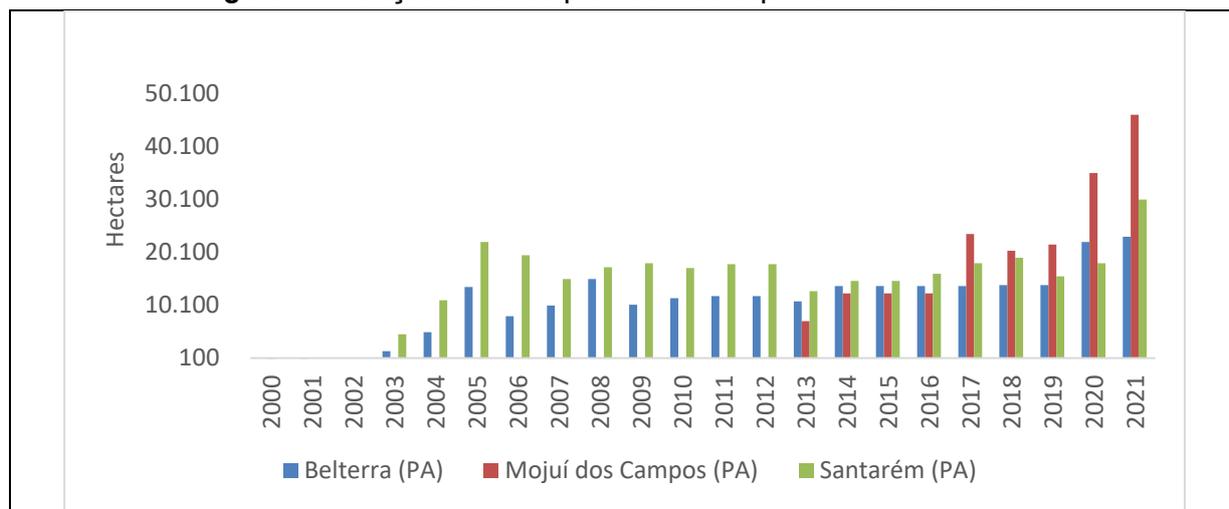
Fonte: Adaptado de Nasuti *et al.* (2020).

Os dados do IBGE não apresentam a metade dos agricultores e agricultoras familiares camponeses cadastrados nos três STTR's de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos. Essa disparidade quantitativa se deve, fundamentalmente, a diferentes metodologias de coleta e classificação da agricultura familiar camponesa. Apesar das diferenças quantitativas, os levantamentos apontam a forte presença social e produtiva dessa agricultura no Planalto (BARROS *et al.*, 2020; BORGES, 2020; CORTES *et al.*, 2020).

A produção dos agricultores familiares camponeses do Planalto Santareno é importante tanto para o autoconsumo quanto para o comércio dos municípios, abastecendo as feiras e mercados da região, promovendo e dinamizando a economia rural e urbana. Os itens mais produzidos são a mandioca e seus derivados (46%) e produtos da fruticultura (15%), principalmente o maracujá (na forma de polpas de frutas) e o abacaxi, além do cultivo de hortaliças (10%) (FOLHES *et al.*, 2020), colhidos nas propriedades. É importante ressaltar que a importância social e econômica dos agricultores familiares camponeses vai além da produção agropecuária, configurando-se em um modo de vida, pautado na identidade e integração com a terra, como sinônimo de vida e sentido da existência (SANTOS, 2022).

Atualmente, o cultivo de soja avança no Planalto Santareno, com base nos dados da Produção Agrícola, do IBGE (Figura 1). Em 2005, esse valor chegou até R\$3.000 por hectare. Os preços da terra continuaram subindo e, em 2019, o hectare variou entre R\$12.000 e R\$15.000 (GIUSTINA, 2020). Mesmo com terras mais caras, o cultivo de soja continua avançando sobre os ecossistemas do Planalto.

Figura 1: Evolução da área plantada de soja no Planalto – Pará



Fonte: PAM, IBGE (2021) – Elaboração.

Além da utilização de áreas de pastagens e florestas secundárias, vem aumentando a conversão de floresta primária em lavouras (VENTURIERI et al., 2007). Em 2012, Mojuí dos Campos ainda era um distrito de Santarém. Assim, a evolução da área plantada do cultivo de soja em Santarém, nesse ano, ainda incluía Mojuí dos Campos. Depois da emancipação de Mojuí dos Campos, houve uma evolução considerável das áreas destinadas para a soja no município, tornando-o o maior produtor do grão na região (SOUSA, 2022). O dado indica que a emancipação de Mojuí dos Campos favoreceu o avanço do agronegócio no município.

O PRONAF NO PLANALTO SANTARENO

Muitos agricultores familiares enfrentam adversidades para a realização e manutenção de suas atividades, recorrendo a fontes financeiras externas à produção. O crédito rural tem um papel fundamental nesse processo, pela sua capacidade de apoiar o aumento da produtividade e geração de renda no setor agrícola e pecuário.

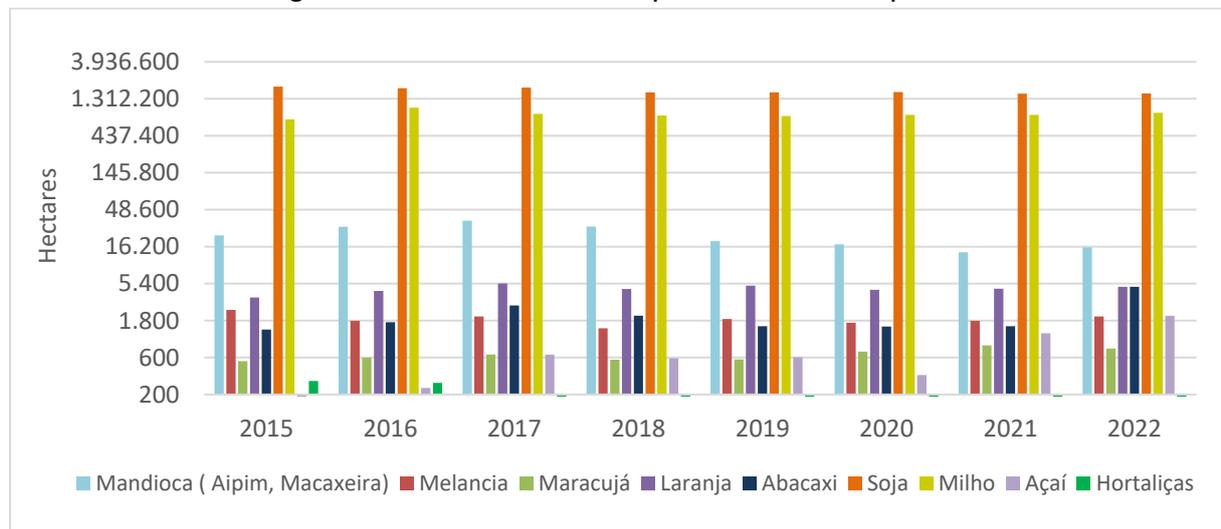
De acordo com o Banco Central do Brasil, crédito rural é o financiamento destinado ao segmento rural e são recursos concedidos pelas instituições financeiras, podendo ser utilizado de diversas maneiras na sua propriedade. Por exemplo, podem investir em novos equipamentos e animais ou custear matéria-prima para o cultivo (BACEN, 2023).

Um dos programas existentes é PRONAF, podendo ser financiado o Crédito de Custeio ou Créditos de Investimento. Crédito de Custeio são recursos para o financiamento das despesas que são feitas em cada plantio, em cada safra ou ciclo de produção. Incluem-se aqui as despesas com as atividades agropecuárias e não agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção própria da agricultura familiar ou de terceiros. Por sua vez, Créditos de Investimento são recursos para o financiamento da implantação, ampliação e modernização da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, na

propriedade rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, conforme projeto elaborado de comum acordo entre a família e o técnico (BACEN, 2023).

O foco da pesquisa é a o acesso e utilização do ou Créditos de Custeio. Considerando o papel do PRONAF, verificamos na Figuras 2 a área financiada de produtos no Brasil pelo PRONAF, selecionamos alguns produtos para análise entre os mais diversos que existem.

Figura 2: Área financiada de produtos no Brasil pelo PRONAF



Fonte: Banco Central do Brasil (2023). Elaboração própria.

Entre 2015 e 2022, a soja teve uma área de 13.363.003 hectares financiada no Brasil, a mandioca, por sua vez, mesmo sendo uma cultura basilar da alimentação, principalmente na Amazônia paraense, teve a área total financiada para o custeio agrícola de 182.253 hectares.

O PRONAF tem fomentado a produção da monocultura de soja no Brasil, Carneiro (1997) já apontava que agricultura familiar camponesa sobrevivia em meio à competição de condições e recursos orientados para favorecer a grande produção do processo de modernização da agricultura brasileira. Observamos que o fato apontado por Carneiro, permanece após 26 anos. Saron e Hespanhol (2012), também observaram que os recursos do PRONAF destinados ao agronegócio sempre foram mais elevados, contribuído para acentuar as desigualdades regionais no país.

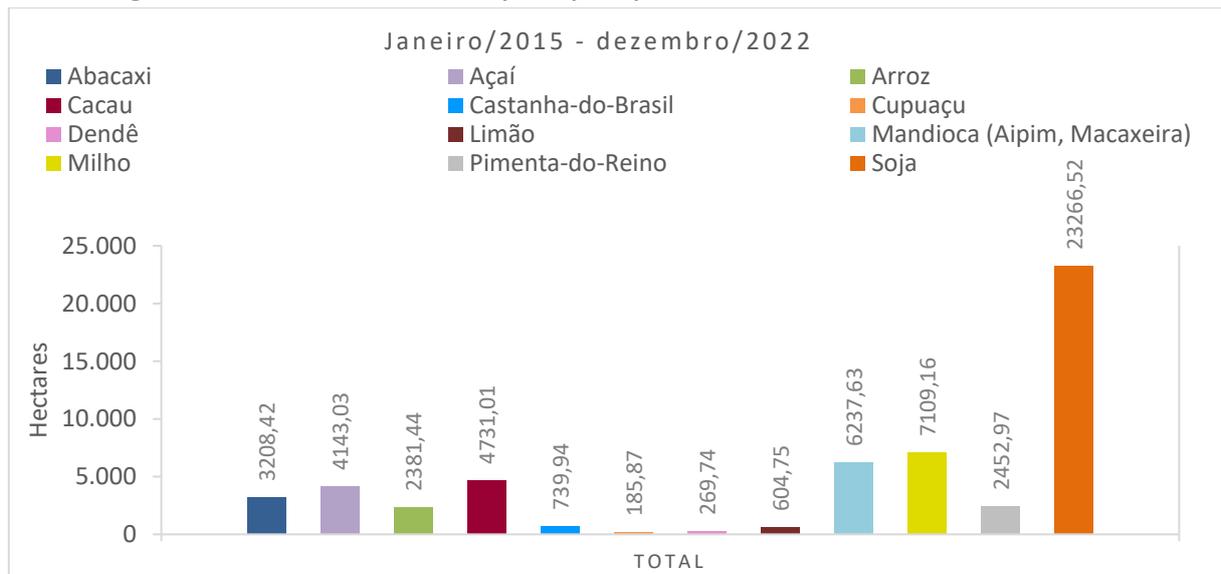
Tratando-se do valor dos contratos de custeio agrícola por produto pelo PRONAF no Brasil, entre 2015 e 2022 o valor dos contratos de custeio agrícola para soja foi R\$31.726.767.114 e para mandioca R\$ 686.818.088. O financiamento agrícola da soja foi 46 vezes maior que o da mandioca. O agronegócio da soja é o principal produto que recebe financiamento de custeio agrícola pelo PRONAF no Brasil.

As mudanças implementadas no PRONAF após 1999 revelam a dualidade na política de desenvolvimento rural no Brasil. O agronegócio da soja e a agricultura familiar têm sido apoiados a partir do mesmo instrumento de crédito rural subsidiado, sendo que que a soja

concentra a maior parte dos recursos. Neste novo formato de atuação do programa é pertinente a discussão em torno das políticas de apoio à agricultura familiar camponesa e o questionamento do modelo da política de desenvolvimento rural.

No Pará, selecionamos alguns produtos para análise entre os mais diversos que existem, os dados são referentes aos anos de 2015 a 2022. Observamos que soja e milho são os principais produtos financiados por área (Figura 3), os produtos da agricultura familiar são poucos financiados.

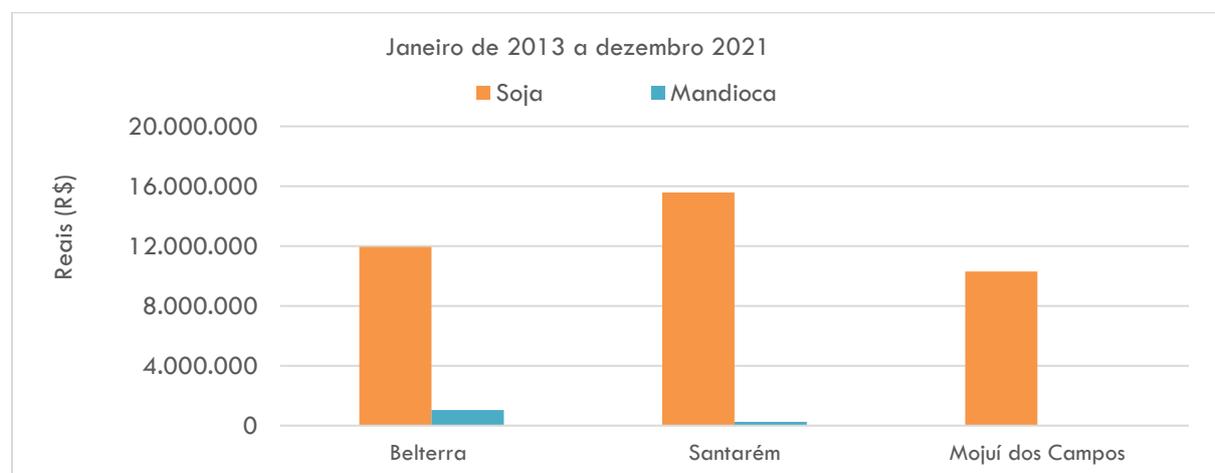
Figura 3: Área financiada dos principais produtos financiados PRONAF no Pará



Fonte: Banco Central do Brasil (2023). Elaboração própria.

No Planalto Santarém, a situação não é diferente, o agronegócio da soja é o principal produto que recebe financiamento agrícola pelo PRONAF (Figura 4). Os valores são referentes ao total de financiamento de janeiro de 2013 a dezembro 2021 das atividades relacionadas com produção de soja e mandioca, independente da modalidade.

Figura 4: Total de custeio agrícola por municípios - PRONAF



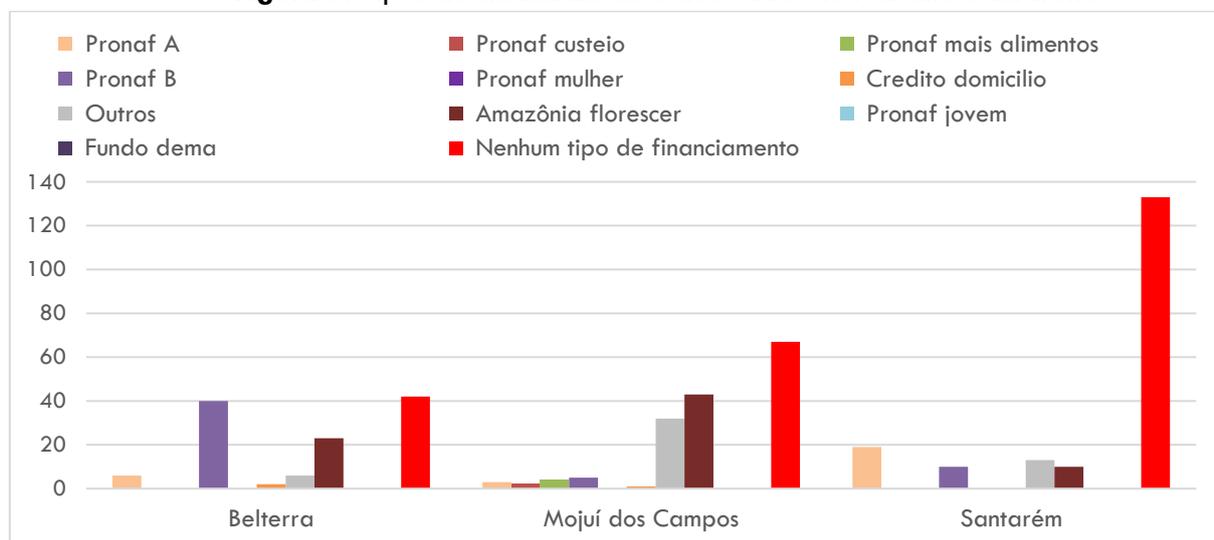
Fonte: Banco Central do Brasil (2021). Elaboração própria.

Conforme indicam os dados do Banco Central do Brasil (BCB), de janeiro de 2013 a

dezembro 2021 a mandioca recebeu R\$ 1.297.124,25, enquanto para a produção de soja foram R\$ 37.822.926,80, ou seja, 36 vezes mais do que a mandioca. Até 2016, Santarém era o principal município a receber custeio agrícola para soja pelo PRONAF, depois desse período, os municípios de Belterra e Mojuí dos Campos tornaram-se líderes no recebimento, enquanto Santarém passou a receber menos recursos (que pode estar associado à estagnação de vendas e da disponibilidade de novas terras em Santarém). Tratando-se de custeio agrícola, somente da modalidade para lavouras, no período de 2013 a 2021, a soja recebeu o valor de R\$ 37.673.848,03 de custeio, enquanto a mandioca recebeu somente R\$ 687.122,19. Gráficos e discussões sobre esses dados estão disponíveis em Sousa (2022).

Realizando um paralelo com os dados mais recentes sobre a situação da agricultura familiar camponesa no Planalto Santareno, coletados na pesquisa “Consolidação da agricultura familiar no Planalto Santareno”³, em 2019 pelo Observatório das Dinâmicas Socioambientais na Amazônia do Projeto Odisseia⁴. As principais dificuldades para produzir no Planalto Santareno apontadas pelas 544 famílias de agricultores e agricultoras entrevistadas foram: falta de recursos financeiros (46%), o período de seca (41%), as pragas (39%) e a falta de assistência técnica (35%) (SOUSA, 2022). Quando perguntados sobre os tipos de financiamento já acessados, os agricultores familiares camponeses do Planalto Santareno responderam o seguinte (Figura 5).

Figura 5: Tipos de financiamentos acessados no Planalto Santareno



Fonte: Elaborado a partir da base de dados públicos do Projeto Odisseia INCT, 2023.

³ Pesquisa realizada em 2019 por pesquisadores do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Odisseia e da Rede Odisseia, junto aos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais dos municípios de Mojuí dos Campos, Santarém e Belterra. Pesquisadores comunitários entrevistaram 544 famílias camponesas em 62 comunidades – sendo 185 famílias em Santarém, 162 em Belterra e 197 em Mojuí dos Campos, representando 10% das famílias de agricultores familiares camponeses dos três municípios.

⁴ Os dados públicos dos projetos Odisseia e INCT compõem duas bases de dados - Banco de dados da comunidade (<https://doi.org/10.18167/DVNI/8R3OT1>) (NASUTI et al., 202) e Banco de dados da família (<https://doi.org/10.18167/DVNI/Y9WMSU>) (COULDEL et al., 2021).

Chama atenção que 242 famílias entrevistadas indicaram que não acessaram nenhum tipo de financiamento, sendo em Belterra 42 famílias indicaram essa situação, Mojuí dos Campos 67 e Santarém 133. Sena et al. (2022) indica que o acesso ao crédito rural é bastante limitado, seja por falta de informações sobre como acessá-lo, seja pelas dificuldades burocráticas que o sistema de crédito possui. É importante lembrar que a agricultura patronal é o tipo de agricultura que mais tem acessado créditos de custeio do PRONAF no Planalto Santareno, conforme observamos anteriormente.

Tratando-se de mudanças no cotidiano, os agricultores familiares camponeses responderam ao questionário família as seguintes questões: 9% afirmaram que deixaram de criar algumas coisas; 51% deixaram de plantar algumas coisas; 40% não tiveram mudanças e 0% deixou de extrair alguns produtos da floresta (SOUSA, 2022). Assim como também são diversos os desafios para produzir.

O que chama atenção é que 51% deixaram de plantar algumas coisas, quando questionados os motivos, os agricultores familiares camponeses relataram a perda de produção devido ao aumento de pragas, doenças e insetos nas plantações, além do ressecamento de cultivos devido às pulverizações de agrotóxicos nos plantios de soja. Alguns agricultores relataram que tiveram que mudar os tipos de cultivos, entre os produtos que deixaram de ser produzidos por alguns agricultores familiares camponeses está o arroz, o feijão e o café. Passaram a investir na mandioca e seus derivados, produtos da fruticultura e cultivo de hortaliças (SOUSA, 2022).

Fearnside (2019) corrobora que os agrotóxicos usados para combater doenças, insetos e ervas daninhas no cultivo da soja podem ter impactos no ambiente, como também nas pessoas expostas a eles. Dados publicados na cartilha “O avanço do agrotóxico” revelam a percepção dos agricultores familiares camponeses sobre o agrotóxico. 43% dos agricultores familiares se sentem atingido por pulverizações feitas em grandes propriedades próximas, 72% sentem mal-estar forte (cheiro insuportável, dor de cabeça, vômito), 64% perderam sua produção por causa das pragas (gafanhotos, mosca-branca) que se refugiaram em seus campos, escapando da pulverização ao lado, 40% tiveram ressecamento de seus cultivos por causa do produto utilizado para acelerar a colheita da soja (COUDEL et al., 2020).

No Planalto Santareno, muitos estudos avançam em identificar e compreender os impactos socioambientais causados pelo agronegócio na região. Estudos já identificaram conflitos fundiários pela posse e uso da terra (SAUER e PIETRAFESA, 2013); desaparecimento de comunidades, mudanças nas práticas produtivas e êxodo rural (NAHUM; PAIXÃO JÚNIOR, 2014; BARROS et al., 2020; CORTES et al., 2020). Restrições de acesso ou piora na qualidade de recursos hídricos por conta da pulverização de agrotóxicos (MORGADO, 2019; COUDEL et al., (2021). De outro lado, estudos mostram que, apesar dos problemas causados pelas novas

dinâmicas na região, a agricultura familiar camponesa resiste e tem se recriado, possuem dificuldades, mas ainda permanece no território (BORGES, 2020; FOLHES et al, 2020); SOUSA, 2022).

O Estado, aqui representado pelo PRONAF, financia a soja, apesar dos custos sociais e ambientais decorrentes dessa agricultura empresarial no Planalto Santareno. Na mesma linha, Mesquita (2011) já apontava que o Estado brasileiro na Amazônia, de forma direta ou indireta, é o maior responsável por essa reconfiguração territorial e, portanto, pelo conflito territorial que daí emerge.

Seus empresas estatais e o financiamento público ofertado, junto com o grande capital, funcionam como uma avalanche sobre os territórios e áreas secularmente apropriados, obrigando a uma nova reconfiguração desse espaço com exclusão de antigos sujeitos, que agora, desorganizados e dispersos, não conseguem reconquistá-lo e muito menos serem alocados em outros territórios (MESQUITA, 2011, p. 52).

De acordo com Jesus e Vieira (2015), as lutas dos agricultores familiares camponeses persistem na busca de alternativas e superação dos desafios para continuar com seu modo de vida, além de ter uma participação relevante na produção de alimentos, tornando-se o principal responsável para o abastecimento do mercado interno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os agricultores familiares desempenham um papel essencial na produção de alimentos saudáveis e na salvaguarda do conhecimento tradicional, além da gestão do meio ambiente. Ao mesmo tempo, confrontam-se com inúmeros desafios. O Estado, aqui representado pelo PRONAF, tem facilitado a ampliação da soja na região do Planalto Santareno, apesar dos danos sociais e ambientais decorrentes dessa agricultura empresarial.

A presença do Estado na ocupação do território amazônico do Planalto Santareno, com incentivos governamentais para o avanço do agronegócio da soja, influencia em novas dinâmicas no território, potencializando os fatores econômicos das mudanças no uso da terra e provocando transformações nos espaços de reprodução social e nos sistemas produtivos dos agricultores familiares camponeses.

A agricultura familiar camponesa, por sua vez, é obrigada a buscar formas de se adaptar em meio às consequências provocadas pelo agronegócio da soja. De forma direta ou indireta, o Estado é o maior responsável pela reconfiguração territorial do Planalto Santareno ao implementar a sua política de apoio e fomento do agronegócio nos municípios em detrimento da agricultura familiar camponesa. Identificamos que a soja é o principal produto financiado pelo PRONAF no Brasil e Planalto Santareno.

De outro lado, observamos que a agricultura familiar camponesa, apesar de ser inviabilizada por custos agrícolas, ainda permanece com forte expressão do campesinato

vivo, pluriativo e importante para a economia da região.

O PRONAF deveria e deve ser como instrumento de fixação do agricultor familiar camponês no campo, deve assegurar formas de reprodução do agricultor familiar camponês, amenizar as dificuldades encontradas, principalmente evitando o êxodo rural, porém, financiando a agricultura empresarial, provoca mudanças nas práticas produtivas camponesas e no direito de reprodução social.

Os agricultores familiares camponeses disputam custeio agrícola com a agricultura patronal, por meio de uma política pública que foi criada inicialmente para subsidiar condições de permanência deste agricultor familiar camponês no campo. O acesso aos recursos produtivos e a políticas de fomento para agricultura familiar camponesa, devem ser instrumentos de permanência no campo, bem-estar, emprego e renda.

Para garantir o direito de reprodução social e soberania alimentar dos agricultores familiares camponeses do Planalto Santareno e, conseqüentemente, melhorar a renda agrícola. O que permite pontuar que o programa do PRONAF demanda por reestruturação e deve voltar a ser um programa voltado apenas para a agricultura familiar camponesa, além da divulgação e orientação para acesso. Considerando também que existem diversas outras opções de linhas de créditos específicas para o setor agropecuário no Brasil.

O agronegócio da soja é voltado, única e exclusivamente, para a exportação e cercado por um discurso determinista, o colocando como a única alternativa para que o Brasil alcance o status de país desenvolvido. No entanto, é também o setor que enfraquece e tende a inviabilizar a agricultura familiar camponesa. Negar o campo enquanto espaço de vida, local de produção, inclusive para subsistência, mas também para a produção para os mercados locais, é parte das estratégias de destruição da agricultura familiar camponesa.

O Planalto Santareno é território de produção e reprodução das práticas culturais dos agricultores familiares camponeses. Diante disso, é necessário estratégias de desenvolvimento com mais investimentos públicos para os agricultores familiares camponeses. O apoio à agricultura familiar camponesa também deve ser pensado no âmbito do desenvolvimento local no qual os aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos, devem ser igualmente levados em consideração na busca de soluções.

REFERÊNCIAS

BARROS, M. J. B. O Avanço do Agronegócio da Soja Sobre Terras Camponesas em Comunidades da Rodovia PA 370 em Santarém, Pará. In: **Anais do XIX Encontro Nacional de Geógrafos**. João Pessoa: ENG, 2018. v.1, p. 1-12. Disponível em: <http://www.eng2018.agb.org.br/site/anaiscomplementares> Acesso em 14 jan. 2021.

BORGES, A. C. **Agricultura familiar camponesa no planalto santareno**: formas de existência em Mojuí dos Campos-PA. Dissertação, Mestrado em Planejamento do desenvolvimento,

Belém, NAEA, UFPA, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/13251>. Acesso em: 14 abr. 2021.

BNDDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2022. Disponível em <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pca>. Acesso: 15 jul. 2022.

BACEN – Banco Central do Brasil (BCB) - Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro (Derop). Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor).

BRASIL. **Decreto N° 1.946, 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e dá outras providências. Brasília, 28 de junho de 1996. p. 11854.

BRASIL. **Lei N° 11.326, 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimento Familiares Rurais. Brasília, Presidência da República, 24 de julho de 2006.

COUDEL, E; NASUTI, S; SILVA, M. P; ABREU, B. A; WAGNER, D; FOLHES, R; PASSOS, C. J; SCHWAMBORN, T. O avanço do agrotóxico. In: **Resultados da Campanha Consolidando a agricultura familiar no Planalto de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra**. Brasília: INCT Odisseia-Odysea, 2020. <http://inct-odisseia.i3gs.org/interface-com-a-sociedade/cartilhas/>. Acesso: 24 mai. 2023.

COUDEL, E; NASUTI, S; FECHINE, V; PIVA, M; ABREU, B; FOLHES, R. Agricultura familiar na região de Santarém, Amazônia brasileira: pesquisa com domicílios. Projeto Odysea, CIRAD Dataverse, V1, 2021. Disponível em <https://doi.org/10.18167/DVN1/Y9WMSU>

COUDEL, E; NASUTI, S; WAGNER, D; BONNET, M; PIVA, M; SANTOS, B; FOLHES, R; BONNAL, V; FECHINE, V; LIMA, D; PASSOS, C; SCHWAMBORN, M; IONE NAKAMURA, I; MOURA, G. Rendre visible les impacts des pesticides du soja: contributions et limites d'un observatoire de science citoyenne à Santarém, Amazonie brésilienne. **Vertigo - la revue électronique en sciences de l'environnement**. Vol, 21, n° 3, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/vertigo/33716#illustrations> Acesso em: 12 set. 2022.

CORTES, J. P. S.; COUDEL, E.; PIRAUX, M.; SILVA, M. P.; SANTOS, B. A.; FOLHES, R.; SILVA, R. G. P. Quais as perspectivas da agricultura familiar em um contexto de expansão do agronegócio? Zoneamento participativo com representantes. **Confins**, vol. 45, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/28077>. Acesso em: 15 dez. 2022.

FEARNSIDE, P. M. Brazil's Amazon settlement schemes. **Habitat International**, vol. 8, n°1, p.45–61, 1984. DOI: 10.1016/0197-3975(84)90027-4

FOLHES, R; SILVA, H; FEIJÃO, L; BORGES, A. 2020. Quando o campo planta, a cidade janta. In: COUDEL, E; NASUTI, S; SILVA, M. P; ABREU, B. A; WAGNER, D; FOLHES, R. (Eds). **Resultados da Campanha Consolidando a agricultura familiar no Planalto de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra**. Brasília: INCT Odisseia-Odysea. Disponível em: <http://inct-odisseia.i3gs.org/interface-com-a-sociedade/cartilhas/>. Acesso: 27 jan. 2021.

GIUSTINA, C. P. D. **Ilusão desenvolvimentista no Planalto de Santarém/PA: um estudo sobre ideologias, discursos e conflitos na comunidade de Boa Esperança**. 2020. 236 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília,

2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/39948>. Acesso em: 15 jul. 2022.

JESUS, J. N.; VIEIRA, T. M. Campesinato e modernização da agricultura: avanços e contradições no limiar do século XXI. **Revista Mirante**, Anápolis (GO), (Edição Especial). ISSN 19814089, v. 8, n. 2, p.10, set. 2015. Disponível: <https://www.revista.ueg.br/index.php/mirante/article/view/4051/2659>. Acesso: 25 set 2021.

NAHUM, J. S.; PAIXÃO JÚNIOR, P. R. C. Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA). **Revista NERA**, Presidente Prudente – SP, v. 17, n. 25, p. 47-70, jul-dez. 2014. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2622>. Acesso: 19 set 2022.

NASUTI, S; COUDEL, E; FECHINE, V; PIVA, M; ABREU, B; FOLHES, R. 2021, "Family farming in Santarém region, Brazilian Amazon: survey with rural community representatives (Odyssey project, 2019)", <https://doi.org/10.18167/DVN1/8R3OT1>, CIRAD Dataverse, V1.

NASUTI, S.; FOLHES, R. T.; SANTOS, B. A.DOS.; GIUSTINA, C. **Comunidades rurais muito vivas. Cartilhas do Observatório de Dinâmicas Socioambientais: Consolidando a Agricultura Familiar no Planalto de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra**, 2020. Disponível em: <http://inct-odisseia.i3gs.org/interface-com-a-sociedade/cartilhas/#1607547237093-52c870da-6433>.

MALYSZ, P.A; CHIES, C. A importância do PRONAF na permanência do agricultor familiar no campo. **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. "Territórios em disputa: Os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro", 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1395_1.pdf. Acesso: 27 jan 2022.

MESQUITA, B. A. A dinâmica recente do crescimento do agronegócio na Amazônia e a disputa por territórios. In: SAUER, S.; ALMEIDA, W. (org.). **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília: Editora UnB, v. 1, p. 45-68, 2011.

MORGADO, M.G.A. **Contaminação química de ecossistemas aquáticos e (in)sustentabilidade ambiental na Amazônia: estudo de caso na região metropolitana de Santarém, Pará**. Tese Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, Brasília, CDS/UnB, 2019. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38108>. Acesso em 13 out. 2022.

SANTOS, Adre de Lima. Agricultura familiar camponesa e a construção da territorialidade. *Revista Mutirão. Folhetim de Geografias Agrárias do Sul* V. III, Nº. 3, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/mutiro/article/view/254395>. 21 jun. 2023.

PRONAF – Programa Nacional De Fortalecimento Da Agricultura Familiar. **Revista grifos**, v. 30 n. 51 (2020): Dossiê PRONAF 25 anos: Histórico, transformações e tendências - jan./abr. 2021. Disponível em: <http://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5656>. Acesso: 05 abr. 2022.

SARON, F. A. & HESPANHOL, A. N. O. (2012). Pronaf e as políticas de desenvolvimento rural no Brasil: o desafio da (re)construção das políticas de apoio à agricultura familiar. **Geo UERJ**, [S.l.], v. 2, n. 23, p. 656-683, dez. 2012. ISSN 1981-9021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/4823> . Acesso em: 22 jun. 2023.

SENA, A. S.; SANTOS, A. B.; MAFRA, R. Z.; BRASL, M. C. Crédito Rural e agricultura familiar: a experiência de uma pequena comunidade da Amazônia. In: **Anais** do 60º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), Natal, UFRN, 2022. Disponível em: <https://www.event3.com.br/anais/sober2022/483260-credito-rural-e-agricultura-familiar--a-experiencia-de-uma-pequena-comunidade-da-amazonia> acesso em: 20 de jun. 2023.

SOUSA, B. L. M. S. **Situação socioprodutiva da agricultura familiar camponesa no “Planalto sojeiro” de Santarém** – Pará. 2022. 122 f., il. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/45772>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

SOUZA, P. M.; PONCIANO, N. J.; NEY, M. G.; FORNAZIE, A. Análise da evolução do valor dos financiamentos do Pronaf-crédito (1999 a 2010): número, valor médio e localização geográfica dos contratos. **Rev. Econ. Sociol. Rural** 51 (2) • Jun 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/WzQHbzRpmxYGByr3xZr5JFR/?lang=pt#> Acesso em: 30 abr. 2022.

SAUER, S.; PIETRAFESA, J. P. Novas fronteiras agrícolas na Amazônia: expansão da soja como expressão das agroestratégias no Pará. **ACTA Geográfica**, Ed. Esp. Geografia Agrária, p.245-264, 2013. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/1974>. Acesso: 19 jan. 2022.

SAUER, S. Soy expansion into the agricultural frontiers of the Brazilian Amazon: The agribusiness economy and its social and environmental conflicts. **Land Use Policy**. vol. 79, p. 326-338, 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264837718300863?via%3Dihub>. Acesso em: 30 set. 2020.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional De Fortalecimento Da Agricultura Familiar. **Revista grifos**, v. 30 n. 51 (2020): Dossiê PRONAF 25 anos: Histórico, transformações e tendências - jan./abr. 2021. Disponível em: <http://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5656>. Acesso: 05 abr. 2022.

VENTURIERI, A.; COELHO, A.S.; THALES, M.C.; BACELAR, M.D.R. Análise da expansão da agricultura de grãos na região de Santarém e Belterra, Oeste do estado do Pará. **Anais. XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 7003-7010. Acesso: 29 de nov. 2022.

ZHENGFEI, G.; OUDE LANSINK, A. The source of productivity growth in Dutch agriculture: A perspective from finance. **American journal of agricultural economics**, v. 88, n. 3, p. 644-656, 2006.